

Hoje eu vou falar para dois milhões de brasileiros que se aposentaram entre 1990 e 1994. Esses aposentados recebem benefícios bem abaixo do que esperavam receber ao parar de trabalhar. Eu quero garantir a você que está nessa situação que nós vamos corrigir a injustiça, quando o Congresso aprovar a reforma da Previdência.

Por que eu condiciono a revisão das aposentadorias à aprovação da reforma? Porque, sem a reforma, nós não teremos condições de sanear a Previdência. A reforma da Previdência, proposta pelo Governo, vai acabar com as aposentadorias especiais, com as aposentadorias milionárias e, também, com as chamadas aposentadorias precoces, aquelas que o cidadão requer ainda jovem e com força de trabalho.

Com as mudanças, a Previdência vai economizar muito. Somente com as aposentadorias do setor público, aí compreendidos os aposentados da União, estados e municípios, a economia poderá chegar a 3 bilhões de reais por ano. São 3 bilhões de reais, hoje distribuídos entre aposentados privilegiados, que têm força para fazer movimentos, para fazer propaganda pela televisão, tudo para pressionar os parlamentares e, assim, evitar que eles ajudem o Governo a corrigir injustiças.

Há, ainda, as aposentadorias precoces e as privilegiadas, do INSS, que, se forem extintas, deixarão outra economia de 1 bilhão de reais. Aí nós teremos dinheiro suficiente para fazer a revisão das aposentadorias injustas. E por que chamamos de injustas as aposentadorias – parte delas – requeridas entre 1990 e 94? Porque naquela época a inflação era muito alta e a política salarial não beneficiava o trabalhador.

Eu vou explicar melhor. Vamos pegar o exemplo de dois colegas de trabalho, o João e o Pedro, que têm a mesma idade, exerciam a mesma função numa empresa, recebiam o mesmo salário e resolveram se aposentar em 91. O João requereu a aposentadoria em janeiro, quando os benefícios foram reajustados. Ele queria se aposentar sobre 10 salários. E conseguiu. Já o Pedro requereu em abril, mas só conseguiu sobre 6 salários. Isso aconteceu porque, de janeiro a abril, a inflação foi reduzindo o aumento concedido no início do ano.

Você, assalariado, lembra o que era viver com inflação alta: um mês depois do reajuste, o salário já tinha perdido o valor. Isso não quer dizer que a aposentadoria do Pedro não foi concedida dentro da lei; foi rigorosamente dentro da lei – mas num momento de aumento da inflação, que provocava um cálculo desfavorável ao aposentado Pedro. Hoje, essas injustiças não ocorrem, porque, graças ao Real, mantemos a inflação sob controle.

O aposentado, que vinha perdendo ano a ano, agora vem ganhando. Veja só: em 95, o aumento foi de 42%, e a inflação seguinte de 18%. Em 96, o aumento foi de 15%, e a inflação seguinte, de 9%. E nós queremos continuar melhorando o poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas. Por isso precisamos que o Congresso aprove logo a reforma da Previdência.

Hoje, o relator do projeto de reforma, Senador Beni Veras, deve entregar o seu relatório à Comissão de Constituição e Justiça; depois, vai ser votado no Senado. E eu quero dizer, mais uma vez, aos 16 milhões de aposentados e pensionistas: a reforma garante o dinheiro para pagar os benefícios no futuro e para que o Governo continue concedendo aumentos acima da inflação.